

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) redija sua resposta considerando os aspectos a seguir.

Quesito 1.1 Primeiramente, deverá apontar que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), aberta à assinatura na Rio-92, estabelece as bases para o funcionamento do sistema geral de governança do clima, tais como: objetivo e princípios orientadores do regime de mudanças climáticas da ONU; instituições centrais do regime, incluindo a Conferência das Partes (ou COP), realizada anualmente; e um sistema de relatórios e revisão. É necessário demonstrar conhecimento sobre o conteúdo da referida convenção, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento — com base no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” — da obrigação de países desenvolvidos de tomar a dianteira nos esforços para a redução das emissões de CO₂, bem como de fornecer recursos financeiros e tecnológicos para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

Quesito 1.2 O(a) candidato(a) deverá ainda mencionar pelo menos dois outros marcos do regime: o Protocolo de Quioto, adotado em 1997, que estabelecia compromissos para as partes do Anexo I da UNFCCC para o período de 2008 a 2012; e o Acordo de Paris, adotado em 2015, que introduziu a meta de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2° C, com esforços para limitá-lo a 1,5° C, em relação aos níveis pré-industriais. Além disso, o Acordo de Paris traz o objetivo de aumentar as capacidades de adaptação e resiliência e de mobilizar recursos financeiros para ações de mitigação e adaptação. Espera-se que o(a) candidato(a) identifique que o Acordo de Paris introduziu a obrigação, tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, de apresentar periodicamente “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (NDC), ressaltando que a NDC de cada país é definida de forma soberana e de acordo com sua realidade nacional. Além disso, espera-se que indique que o regime estabeleceu ciclos para apresentação das NDC, intercalados por um “balanço global” da implementação das metas do Acordo de Paris, cujo primeiro exercício foi realizado na COP28 (Dubai, Emirados Árabes Unidos, 2023). **Quesito 1.3** O(a) candidato(a) deverá esclarecer que, ao longo da construção desse regime, o Brasil desempenhou um papel propositivo e construtivo nas negociações climáticas, especialmente na busca por consensos e na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento (inclusive a promoção do “desenvolvimento sustentável” e do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”), além de sua contribuição ao sediar eventos da magnitude da Rio-92 e da Rio+20.

Quesito 1.4 Em seguida, o(a) candidato(a) deverá indicar que, atualmente, a governança climática é caracterizada por crescente senso de urgência em relação à crise climática, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios para lograr mobilização política e ação global coordenada de enfrentamento ao aquecimento global. Deverá mencionar desafios como: variação na efetiva implementação pelos países de suas NDC atuais; expectativa de que os países assumam NDC mais ambiciosas em 2025, na nova rodada de apresentação de compromissos prevista no regime, visando ao horizonte de 2035; lacuna existente entre demanda e disponibilidade de recursos financeiros para apoiar países em desenvolvimento; descumprimento dos compromissos de financiamento climático por parte dos países desenvolvidos, conforme o Acordo de Paris; necessidade de adequações na arquitetura de governança financeira global para responder à crise climática; predominância de ações voltadas à mitigação, com menor atenção para agendas que interessam aos países em desenvolvimento, como adaptação, financiamento climático (envolvendo fundos e diferentes tipos de mecanismos financeiros para apoiar os países na transição climática e no combate a seus efeitos), transferência de tecnologia e cooperação internacional; e desinformação sobre as mudanças climáticas e negacionismo científico.

Quesito 1.5 Espera-se que o(a) candidato(a) aponte também que, apesar dos desafios enfrentados, a COP28 obteve resultados significativos da perspectiva brasileira: foi realizado o primeiro “balanço global” sob o Acordo de Paris, que identificou progressos, mas também lacunas na implementação de compromissos climáticos, principalmente por parte de países desenvolvidos em relação aos cortes de emissões e às suas obrigações financeiras; abordou-se, pela primeira vez de forma explícita, o tema de combustíveis fósseis, estabelecendo-se objetivos globais para a transformação de sistemas energéticos rumo à neutralidade climática até 2050; e foi aprovado o fundo de perdas e danos, que trata dos impactos da mudança do clima. Refletindo proposta brasileira, a COP28 lançou o Mapa do Caminho para a Missão 1.5, com o objetivo de estimular nova rodada de NDC mais ambiciosas. Espera-se que o(a) candidato(a) mencione que o Brasil considera a COP29, a ser realizada em novembro de 2024 no Azerbaijão, como uma oportunidade significativa para os países em desenvolvimento, pois espera a definição da “Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático”.

Quesito 1.6 O(a) candidato(a) deverá explicar que a política externa do Brasil nas áreas de clima e desenvolvimento busca assegurar, externamente, as condições e os recursos necessários para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável do País, nas vertentes econômica, social e ambiental, em sinergia com a promoção da Agenda 2030. Os objetivos brasileiros nas negociações climáticas incluem: busca por liderança regional e global, promovendo iniciativas que reflitam suas capacidades e responsabilidades, especialmente em relação à Amazônia, e oferecendo-se para sediar a COP30, em 2025; compromisso com a redução de emissões, alinhando suas metas às exigências do Acordo de Paris e enfatizando a importância de combate ao desmatamento (principal fonte de emissão brasileira) e de conservação das florestas, com apoio, por exemplo, do Fundo Amazônia (reativado em 2023) e com atenção a biomas sensíveis do Cerrado e do Pantanal; defesa da ampliação do financiamento climático, público e privado, para países em desenvolvimento; promoção da pauta de transferência de tecnologia; e implementação de políticas públicas para enfrentar a mudança do clima, combater o desmatamento e preservar as florestas.

Quesito 1.7 Deverá mencionar que o Brasil busca avançar em iniciativas domésticas dedicadas ao combate às mudanças climáticas e aos eventos extremos, como a elaboração de um Plano Clima que oriente e impulse a mitigação e a adaptação no país até 2035. Os setores contemplados incluirão: uso da terra e florestas (abrangendo o desmatamento); agricultura e agropecuária (com foco em práticas de baixo carbono, tema particularmente relevante para um país que é grande produtor e exportador desses setores); cidades e mobilidade urbana; energia; indústrias; resíduos e transportes. Além disso, é importante mencionar que, durante a presidência brasileira do G20, a pauta ambiental e climática está sendo uma prioridade e tem sido abordada de maneira transversal nos grupos de trabalho.

Quesito 1.9 O(a) candidato(a) deverá demonstrar conhecimento sobre o conceito de transição energética, ligado à transformação da matriz energética em direção à descarbonização por meio da ampliação do uso de energias renováveis. É necessário apresentar um quadro comparativo que mostre que, em nível global, os combustíveis fósseis são a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa; e que, em contraste, o Brasil está na vanguarda da transição energética, apresentando uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo (com 87% da energia elétrica proveniente de fontes limpas e renováveis) e com investimentos em geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel, além de possuir grande potencial para a produção de hidrogênio verde.

Quesito 1.8 Espera-se argumentação coerente e consistente sobre a noção de “transição justa”, que se relaciona à ideia de que a transformação para uma economia de baixo carbono deve considerar tanto ganhadores quanto perdedores no processo; trazer benefícios a diversos segmentos da sociedade, levar em conta desigualdades sociais pré-existentes e minimizar os impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas (especialmente em relação a comunidades que, historicamente, contribuíram menos para as emissões de carbono, mas que sofrem desproporcionalmente os efeitos da mudança do clima). **Quesito 1.10** É preciso recordar que, a seis anos do prazo estabelecido para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (incluindo o ODS 13 “Ação contra a mudança global do clima”, o ODS 7 “Energia limpa e acessível”, o ODS 11 “Cidades e comunidades sustentáveis” e o ODS 12 “Consumo e produção responsáveis”), estima-se que, no ritmo atual de implementação, menos de 20% das metas da Agenda 2030 serão atingidas. Nesse contexto, o Brasil propõe que se realize até a COP30 um “balanço ético global” para pensar a ação climática também sob o prisma da justiça, da equidade e da solidariedade.

Referências

BODANSKY, Daniel. “The UN Climate Change Regime Thirty Years on: A Retrospective and Assessment”. 1 Jan. 2023: 19 – 33 (disponível em <https://content.iospress.com/articles/environmental-policy-and-law/ep1219047>, acesso em 29/09/2024).

BRASIL. **Notícia oficial** “Governo celebra resultados da COP28 nos Emirados Árabes”. 13/12/2023. Internet: <www.agenciagov.ebc.com.br>.

BRASIL. **Notícia oficial** “Sonia Guajajara assume chefia da Delegação do Brasil na COP 28, e celebra o protagonismo indígena no debate climático”. 03/12/2023. Internet: <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/sonia-guajajara-assume-chefia-da-delegacao-do-brasil-na-cop-28-e-celebra-o-protagonismo-indigena-no-debate-climatico>>.

BRASIL. **Notícia oficial** “Marina destaca responsabilidade de países do G20 liderarem combate à mudança do clima”. 03/10/2024. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/marina-destaca-responsabilidade-de-paises-do-g20-liderarem-resposta-a-mudanca-do-clima>>.

BRASIL. **Notícia oficial** “Ministros de Meio Ambiente e Clima do G20 aprovam declaração do GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática”. 03/10/2024. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/ministros-de-meio-ambiente-e-clima-do-g20-aprovam-declaracao-do-gt-de-sustentabilidade-ambiental-e-climatica>>.

BRASIL. **Discurso do Presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro**. 22/09/2024. Internet: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-do-futuro-em-nova-york>>.

BRASIL. **O Brasil no enfrentamento à mudança do clima**. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima>>.

CLOSS, Marília. Transformação da ordem global, turbulência geopolítica e as mudanças do clima: desafios e possibilidades para a política externa brasileira. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

CLOSS, Marília. Transição justa, soberana e equitativa: formulação de um conceito para orientar a política externa brasileira. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima**: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

FOLLY, Maiara. Reflexões finais: política externa brasileira e a tríade clima, desenvolvimento e democracia. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima**: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

FOLLY, Maiara; PORTO, Viviana. Cooperação pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Brasil. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima**: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

IPCC. **AR6 Synthesis Report**: Climate Change 2023. Internet: < www.ipcc.ch>.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo** – O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Apresentação. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima**: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Política externa brasileira: da Rio-92 à COP30. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima**: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo. Brasília: FUNAG, 2024.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. Ao abordar o primeiro aspecto, o(a) candidato(a) deve referir-se ao fato de que a Primeira Guerra Mundial era vista à época como o conflito de grandes dimensões que acabaria com todas as guerras, propósito que se mostrou um fracasso, pois duas décadas depois, explodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com magnitude ainda maior, inclusive por envolver outras regiões do planeta.

2. Na Conferência da Paz em 1919, em Paris, o presidente americano Woodrow Wilson apresentou seu plano “14 Pontos”, que pretendia estabelecer uma nova forma de relacionamento entre os Estados em busca da paz e da estabilidade internacionais, sem revanchismo e assegurando a liberdade de navegação e comércio, a autodeterminação dos povos, o fim da diplomacia secreta e a integridade territorial tanto aos grandes quanto aos pequenos Estados. Era o auge do idealismo.

3. O mais ambicioso projeto nesse sentido foi a Liga das Nações, que jamais cumpriu seus objetivos, essencialmente marcados por um idealismo que, na prática, imaginava ser possível construir uma paz duradoura sem considerar o peso das grandes potências e seus interesses geopolíticos e econômicos.

4. Já a ONU, criada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1945), assenta-se numa visão realista das relações internacionais num mundo já claramente marcado pela bipolaridade americano-soviética.

5, 6 e 7. Assim, enquanto na Assembleia Geral, sem o poder de impor suas deliberações, há absoluta igualdade entre os Estados membros, no Conselho de Segurança da ONU, 10 membros são temporários e 5 são permanentes (devem ser citados os países que compõem “os cinco grandes”), justamente os vitoriosos da guerra, que monopolizam o direito de veto.

8. A ONU desempenha ainda importante papel para o enfrentamento de questões sociais, econômicas e ambientais por meio de agências especializadas, entre as quais podem ser citadas FAO, ~~Unicef~~, Unesco, ~~Pnud~~.

9. No que se refere aos processos contemporâneos das relações internacionais, espera-se que o(a) candidato(a) aponte os processos, independentemente de sua origem, que se reforçam reciprocamente nas relações internacionais contemporâneas: despolarização, dissociação hegemônica, transnacionalização, descontentão e vulnerabilidade do Estado.

10. Por fim, no que se refere aos agentes atuais envolvidos na cena internacional, o(a) candidato(a) deve mencionar os novos atores, fruto da descolonização e da desintegração da URSS, e as entidades paraestatais de poder: o crime organizado internacional, alguns tipos de movimentos guerrilheiros e terroristas, movimentos étnico-nacionalistas e organizações não governamentais (ONG) que atuam em diversas frentes em perspectiva global.

Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria**. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

ARRAES, Virgílio; GEHRE, Tiago. **Introdução ao estudo das relações internacionais**. São Paulo, Saraiva, 2013.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais: Teorias e Agendas**. Brasília, IBRE, 2002.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) redija sua resposta considerando os aspectos a seguir.

Quesito 1.1 Na primeira parte, espera-se argumentação coerente e consistente sobre a Amazônia Azul como termo que transcende sentido geográfico e se configura como um conceito político-estratégico voltado para a consolidação da posição e relevância do Brasil no Atlântico Sul. Esse conceito enfatiza os interesses estratégicos brasileiros e as dinâmicas de poder presentes nessa região, abrangendo aspectos como a soberania e o controle sobre os recursos naturais, a exploração sustentável das riquezas biológicas e minerais — com destaque para o pré-sal —, a proteção de cabos submarinos e rotas de navegação essenciais para o comércio e suprimento do país, além da necessidade de defesa contra ameaças, como pirataria, pesca ilegal, poluição e interesses estatais concorrentes. **Quesito 1.2** O(a) candidato(a) deverá mencionar que, em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU uma proposta para o limite exterior da plataforma continental brasileira para extensão além das 200 milhas, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982. Os textos motivadores oferecem pistas relevantes, cabendo ao candidato explorar e desenvolver os argumentos.

Quesito 1.3 Na segunda parte da resposta, o(a) candidato(a) deverá ressaltar a importância estratégica do Atlântico Sul, que integra o “entorno estratégico” brasileiro, conforme delineado na Política Nacional de Defesa (PND), e também constitui elo entre duas regiões prioritárias para a política externa brasileira: a América do Sul e o continente africano. **Quesito 1.4** Deverá mencionar, em particular, o apoio do Brasil aos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, posição diplomática que se inscreve na visão de América do Sul, como região de paz e cooperação. **Quesito 1.6** Além disso, deverá abordar a relação entre a manutenção da paz e da estabilidade no Atlântico Sul e os interesses estratégicos do Brasil, especialmente à luz de um quadro mais amplo de competição geopolítica e litígios territoriais e marítimos em outras regiões, como o Mar do Sul da China e o Mar do Japão. Nesse sentido, deverá apresentar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como um instrumento importante para a política externa e de defesa do Brasil. **Quesito 1.5** Espera-se que o(a) candidato(a) mencione o histórico papel de liderança do Brasil, que não apenas propôs o projeto de resolução na ONU que estabeleceu a ZOPACAS em 1986, mas também sediou reuniões ministeriais desse mecanismo, com uma nova edição prevista para 2026. Também deverá explicar as funções mais relevantes da ZOPACAS sob a perspectiva brasileira, incluindo seu papel como fórum de concertação para a defesa do Atlântico Sul, a cooperação em diversas áreas como pesquisa, transporte e meio ambiente, além de servir como meio de aproximação com países da costa ocidental da África, uma vez que a ZOPACAS é composta por 24 países sul-americanos e africanos.

Quesito 1.7 Ainda na segunda parte, espera-se que o(a) candidato(a) aponte, como outra importante iniciativa diplomática e de defesa brasileira para o Atlântico Sul, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB). Iniciado em 2008, esse programa é resultado de uma parceria estratégica com a França e representa um dos principais projetos de cooperação em defesa do Brasil. **Quesito 1.8** O PROSUB prevê a construção de quatro submarinos convencionais e um submarino com propulsão nuclear, além de uma base naval e um estaleiro no Rio de Janeiro. **Quesitos 1.8 e 1.9** Responde à avaliação e interesses estratégicos de promover a indústria naval e outros setores da indústria nacional, fortalecer a base industrial de defesa brasileira e impulsionar o desenvolvimento tecnológico, de modo que o Brasil alcance autonomia na concepção, construção e manutenção de submarinos convencionais e com propulsão nuclear. O(a) candidato(a) deverá mencionar que a propulsão nuclear, a ser totalmente desenvolvida pelo programa nuclear da Marinha, oferece vantagens significativas para assegurar a soberania nas águas jurisdicionais brasileiras. O tema também suscita maiores atenções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para que ela realize inspeções mais rigorosas ao programa nuclear brasileiro, destinado exclusivamente a usos pacíficos.

Quesito 1.10 O(a) candidato(a) deverá abordar, por fim, os esforços diplomáticos brasileiros voltados à busca de desenvolvimento sustentável, cooperação e repartição de recursos naturais que estão além das jurisdições nacionais dos Estados, citando ao menos um exemplo concreto: como assinatura do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), em setembro de 2023; anúncio do apoio brasileiro à pausa preventiva na mineração em fundos marinhos internacionais, em julho de 2023; e a recente eleição de oceanógrafa brasileira como Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), que gerencia a exploração dos recursos minerais no fundo marinho em áreas internacionais; **entre outros exemplos pertinentes na matéria.**

Referências

- ABDENUR, A. E.; SOUZA, M. de. **O Brasil e a cooperação em defesa**: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n.º 1, 2013, p. 05–21.
- ANDRADE, I. O. *et al.* **O programa de desenvolvimento de submarinos como programa de Estado** (Nota técnica n.º 45). Ipea, Brasília, 2019.
- ANDRADE, I. O. *et al.* **Submarino nuclear brasileiro**: defesa nacional e externalidades tecnológicas (Texto para Discussão, n.º 2.428), Ipea, Brasília, 2018.
- BRASIL. **Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)**. Marinha do Brasil. Internet: <www.marinha.mil.br>.
- BRASIL. Nota à imprensa sobre “**Assinatura do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional**” (BBNJ) (21/09/2023). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-do-acordo-sobre-conservacao-e-uso-sustentavel-da-biodiversidade-marinha-em-areas-alem-da-jurisdicao-nacional-bbnj>.
- BRASIL. Nota à imprensa sobre “**Eleição da oceanógrafa brasileira Letícia Carvalho ao cargo de Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos**” (02/08/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicao-da-oceanografa-brasileira-leticia-carvalho-ao-cargo-de-secretaria-geral-da-autoridade-internacional-dos-fundos-marinhos>.
- BRASIL. Nota à imprensa sobre “**Apoio do Brasil aos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul**” (03/01/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apoio-do-brasil-aos-direitos-da-argentina-na-disputa-de-soberania-com-o-reino-unido-sobre-as-ilhas-malvinas-georgias-do-sul-e-sandwich-do-sul>.
- BRASIL. Nota à imprensa sobre “**O Brasil na ZOPACAS**” (09/02/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/sites-antigos-retirados-do-ar/zopacas/o-brasil-na-zopacas>>.
- BUSTANI, José Maurício. **Prefácio**. *In: Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico*: estudo comparado França-Brasil. FUNAG, Brasília, 2015.
- COSTA, M. G. da. **Brasil e ZOPACAS: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul**. Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos. Porto Alegre, 2013.
- JÚNIOR, Alsina; SOARES, João Paulo. **Relações internacionais, poder militar e estados periféricos**: um estudo sobre a instrumentalidade da força armada para a condução da política externa brasileira contemporânea. Instituto Rio Branco, LIII Curso de Altos Estudos. Brasília, 2008.
- MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **A plataforma continental brasileira e o direito do mar**: considerações para uma ação política, Brasília: FUNAG, 2015.
- MEDEIROS, J. L. M. **Amazônia Azul e a geopolítica brasileira**: A Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.
- MELO, Regiane de. **Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico**: estudo comparado França-Brasil. FUNAG, Brasília, 2015.
- VALENÇA, Marcelo; AFFONSO, Luiza. **A ZOPACAS e sua relação com a política externa brasileira**: promessas, turbulências e oportunidades no novo governo Lula da Silva. Internet: <www.kas.de>.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a):

1. situe o governo Dutra no contexto da Guerra Fria, cuja bipolaridade entre capitalismo (EUA) e comunismo (URSS) marcou as relações internacionais por, no mínimo, três décadas. Sob Dutra, o Brasil desenvolveu o “espírito da Guerra Fria”: alinhamento com Washington, ilegalidade do Partido Comunista e rompimento de relações com a URSS;
2. explicita a criação da PETROBRAS como símbolo do nacionalismo desenvolvimentista;
3. mencione o esforço de JK para avançar a modernização econômica do país, especialmente no que concerne à infraestrutura (energia, rodovias, indústria automobilística, Brasília, entre outras áreas);
4. mencione o desinteresse americano na OPA e a crítica severa de JK ao FMI (rompimento), inclusive pela TV;
5. mencione quem foram os governos da primeira metade da década de 1960 do século XX, no contexto de crise terminal do regime da Constituição Federal de 1946 (suicídio de Vargas, contestação da vitória eleitoral de JK, renúncia de Jânio, crise violenta para a posse de Jango, adoção de um parlamentarismo de ocasião, criação da PEI), que, ao lado do tema da reforma agrária, serviram de combustível para a ruptura institucional de 1964;
6. mencione um dos raros momentos em que o tema das relações exteriores assumiu o primeiro plano na República, com intensa manifestação popular, quando a Guerra Fria convulsionava a América, a partir da Revolução Cubana e de sua opção pelo comunismo;
7. demonstre seu entendimento de que, como fruto do espírito da Guerra Fria, o regime se valeu do anticomunismo para agregar apoios (militares, empresários, setores da Igreja Católica, imprensa) e derrubar o governo reformista de Goulart;
8. demonstre seu entendimento em relação ao fato de que é na economia, jamais na política, que se pode observar alguma semelhança entre os dois períodos; em ambos, busca-se a modernização econômica do país, tendo o regime militar adotado a via autoritária (ditatorial) para tentar produzir um país-potência (“Brasil grande”, “Ninguém segura esse país” e “milagre econômico”);
9. mencione que o governo Geisel, diferentemente dos governos militares que o antecederam, promoveu uma guinada na condução de sua política externa, sem se afastar do Ocidente, procurou parcerias com fortes economias mundiais, como França, Japão e, muito especialmente, a Alemanha, com a qual assinou o Acordo Nuclear, razão de forte descontentamento dos EUA e dos setores mais duros dos militares brasileiros; período de abertura para o mundo, acima de divergências ideológicas, foi pioneiro no reconhecimento da independência de colônias portuguesas na África;
10. mencione a crise econômica, comum a países latino-americanos, que inflacionou o país e levou sua dívida externa a níveis insuportáveis; o fato de ter sido, na política externa, um fiador da criação do MERCOSUL; a Constituição Federal de 1988, que consagrou princípios históricos da diplomacia, ampliando-os em face das novas circunstâncias históricas.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. Brasília, LGE Editora, 2006.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2017.